

**BANCO INTERMEDIUM S.A. - BANISA**

CNPJ: 00.416.968/0001-01

Av. do Contorno, 7.777 - Lourdes - CEP 30110-051

Belo Horizonte-MG - Fone: (0xx) 31 2101-7000

**BANCO INTERMEDIUM S/A****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**10. INVESTIMENTOS**

Os ajustes dos investimentos, decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial, foram registrados em contas de resultado e podem ser assim apresentados:

Empresa controlada	Capital social	Patrimônio líquido	Participação no capital social	Valor contábil		Resultado de Equivalência	
				2009	2008	2009	2008
Intermedium Promotora de Vendas Ltda.	30	159	99,96%	159	144	17	18
Intermedium Serviços de Cobrança Ltda.	10	918	99,80%	918	827	786	799
IFI Software Ltda.	10		99,80%		69	526	
Total				1.077	1.040	803	1.343

11. DEPÓSITOS À VISTA (VINCLADOS), INTERFINANCEIROS E A PRAZO

	2009	2008
Depósitos à vista	613	7.383
Depósitos Interfinanceiros - CDI - Flutuante		3.749
Depósitos a prazo - CDB - Pré-fixado	1.478	2.412
Depósitos a prazo - CDB - Flutuante	185.566	42.928
Total	187.657	56.472
Circulante	12.527	28.022
Não circulante	175.130	28.450

12. RECURSOS DE ACEITES CAMBIAIS

Referem-se às Letras de Câmbio e Letras de Crédito Imobiliários emitidas pela Instituição, pactuadas com terceiros:

	2009	2008
Operações pós-fixadas	33.615	88.792
Operações pré-fixadas	6	1.006
Total	33.615	89.798
Circulante	30.547	44.504
Não circulante	3.068	45.294

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

O saldo desse grupamento está composto por:

	2009	2008
Composição		
Impostos, contribuições e diversos (a)	8.783	7.561
Provisão para imposto de renda e contribuição social e outras provisões (b)	490	458
Provisão contribuição social 1996 (c)	903	846
Provisão para dividendos	1.908	3.077
Outros (b)	586	100
Total	12.670	12.042
Circulante	10.692	10.637
Não circulante	1.978	1.405

(a) Provisionamento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) do exercício de 2009, no montante de R\$283 (2008 – R\$0); "Credores diversos", no valor de R\$2.937 (2008 – R\$2.226); parcelas de cessões de crédito a pagar, no montante de R\$1.164 (2008 – R\$2.977); e "Outros", no valor de R\$4.399 (2008 – R\$2.358), representados por fornecedores, provisões trabalhistas e provisões para impostos a recolher.

(b) Compreende 1) o provisionamento dos efeitos do questionamento judicial da extinção da correção monetária de balanço, de conformidade com a Lei nº 9249/95, advindo do aproveitamento (dedução) integral do saldo devedor de correção monetária no exercício de 1996 na apuração do IRPJ e CSLL, no montante de R\$490 (2008 – R\$458), cujo depósito judicial no mesmo montante está registrado no ativo realizável a longo prazo (nota explicativa nº 7); e 2) provisão para contingências relativa a diversas ações cíveis no valor de R\$586 (2008 – R\$100), julgada suficiente pela Administração da Instituição conforme opinião de seus assessores jurídicos.

(c) Provisionamento da CSLL, decorrente de questionamento judicial sobre a exigência da alíquota de 30% da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido durante o ano-calendário de 1996 no valor de R\$903 (2008 – R\$846), cujo depósito judicial no mesmo montante encontra-se registrado no ativo de longo prazo (nota explicativa nº 7).

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	2009		2008	
	Outras Obrigações - Curto Prazo	Outras despesas Administrativas	Outras Obrigações - Curto Prazo	Outras despesas Administrativas
Intermedium Promotora de Vendas Ltda.	374	3.384	308	4.813
IFI Software Ltda.		1	68	837
Intermedium Serviços de Cobrança Ltda.	88	1.041	82	1.017
Total	462	4.426	458	6.667

Além das empresas controladas apresentadas acima, a Instituição possui contratos de prestações de serviços de captação de clientes prospecto de novos negócios com outras empresas ligadas registradas na conta de outras despesas administrativas, conforme demonstrado abaixo:

	2009		2008	
	Outras Obrigações - Curto Prazo	Outras despesas Administrativas	Outras Obrigações - Curto Prazo	Outras despesas Administrativas
Diniza Promotora de Fomento Ltda.			1.331	3.909
BH Minas Promotora de Negócios Ltda.	98	3.003	803	903
Total	98	3.003	2.134	4.812

A remuneração dos administradores da Instituição é paga integralmente pela Controladora, sem o respectivo reembolso. Ademais não existem transações com partes relacionadas na pessoa física, assim como pagamentos com base em ações da Instituição.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A Instituição constituiu provisões temporariamente indebitáveis, no montante aproximado de R\$ 5.083 (2008 – R\$ 6.129), sobre as quais constituiu créditos diferidos relativos a Imposto de Renda e Contribuição Social, cujo valor em 31 de dezembro de 2009 perfazia um montante de R\$ 2.033 (2008 – R\$ 2.451). A Instituição mantém um saldo de crédito tributário de R\$252 (2008 – R\$278) relativo a IRPJ e CSLL, pertinente à CSLL de 1996 no valor de R\$ 0 (2008 – R\$219), provisão para desvalorização de bens não de uso próprio no valor de R\$19 (2008 – R\$19) e provisão para danos morais no valor de R\$233 (2008 – R\$40). A Administração, com base na Resolução nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002, do Banco Central do Brasil, entende que serão produzidos resultados suficientes para absorção de tal crédito.

	Segundo Semestre de 2009		2009		2008	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	13.447	13.447	16.025	16.025	7.254	7.254
Adições (exclusões) líquidas:						
Juros sobre capital próprio	(6.100)	(6.100)	(6.100)	(6.100)	(3.620)	(3.620)
Equivalência patrimonial	(350)	(350)	(803)	(803)	(1.343)	(1.343)
PCLD, líquida	(5.318)	(5.318)	(881)	(881)	1.346	1.923
Outras, líquidas	(365)	(365)	(263)	(263)	(200)	(363)
Base de cálculo	1.314	1.314	7.978	7.978	3.437	3.851
Alíquota efetiva	198	198	1.197	1.197	516	578
Alíquota adicional	107		773		320	
IRPJ e CSLL diferidos	1.414	813	171	(31)		(393)
Ajuste CSLL diferida ativa de 9% para 15% (i)						
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	1.719	1.011	2.141	1.166	836	185

A Lei nº 11.726, de 23 de junho de 2008, aprovou o incremento da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das instituições financeiras de 9% para 15% do lucro tributável, a partir de maio de 2008. Os créditos tributários, ativo fiscal diferido, calculados com base na alíquota de 15%, foram registrados no exercício.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Diretores e Acionistas Banco Intermedium S.A. Belo Horizonte - MG

1. Examinamos o balanço patrimonial do Banco Intermedium S.A. ("Instituição"), levantado em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados correspondentes ao semestre e ao exercício findo naquela data, elaborado sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis

no Brasil e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Instituição; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Instituição, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1º representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Intermedium S.A. em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 5.955.770 ações nominativas, sendo 4.422.592 ordinárias e 1.533.178 preferenciais, todas sem valor nominal.

Em 27 de fevereiro de 2009, foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social de R\$97.065 para R\$97.251, no valor de R\$186, por meio da emissão de 14.403 ações preferenciais. O referido aumento foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 11 de março de 2009.

Em 31 de agosto de 2009, foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social de R\$97.251 para R\$97.326 no valor de R\$75, por meio de emissão de 5.797 ações preferenciais. O referido aumento foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 15 de setembro de 2009.

Em 30 de dezembro de 2009, foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social de R\$97.326 para R\$102.511 no valor de R\$5.185, com utilização de juros sobre capital próprio. Aguardando aprovação do Banco Central do Brasil.

b. Reserva legal

É constituída à base de 5% sobre o lucro líquido apurado, limitada a 20% do capital social.

c. Reserva estatutária

Conforme ata de Reunião do Conselho de Administração do Banco Intermedium S.A. em 15 de janeiro de 2009, foi deliberado que *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2009, em relação à distribuição de lucros referente ao exercício de 2009, seriam pagos a título de dividendos, conforme descrito no item "d", abaixo, sendo que os acionistas abdicam do direito de receberem dividendos adicionais em relação ao exercício de 2009, constituindo o excedente no montante de R\$4.074 dos resultados como reserva estatutária.

d. Dividendos

As acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações e do estatuto social. Foi provisionado o valor de R\$1.908, sendo que os acionistas abdicam do direito de receberem dividendos adicionais em relação ao exercício.

17. PASSIVOS CONTINGENTES

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 7 e nº 13, a Instituição está questionando judicialmente a exigência da alíquota de 30% da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido durante o ano-calendário de 1996. A Administração da Instituição, baseada na opinião de seus consultores jurídicos externos, considera possível o êxito dessa ação. Em 31 de dezembro de 2009, o valor da provisão constituída é de R\$903 (2008 – R\$846), registrado na rubrica "Outras obrigações" no exigível a longo prazo. A Instituição também efetuou depósito judicial no valor integral dessa ação, considerando o principal, multa e juros.

18. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios		
	Segundo semestre de 2009	2009	2008
Comissão a correspondente	13.638	21.670	15.910
Prestação de serviços	5.330	10.620	18.558
Processamento de dados	1.044	1.885	1.019
Aluguel	196	414	529
Comunicação	346	734	905
Despesas bancárias	422	1.050	1.737
Serviços técnicos especializados	755	1.384	1.392
Propaganda e publicidade	208	314	696
Outros	1.267	2.263	2.120
Total	23.206	40.334	42.866

19. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Exercícios		
	Segundo semestre de 2009	2009	2008
Recuperação de crédito	436	672	1.098
Recuperação de encargos	356	676	1.648
Outras rendas	49	599	4.104
Total	1.285	1.947	6.850

20. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Exercícios		
	Segundo semestre de 2009	2009	2008
Amortização e depreciação	307	589	510
Cessões de créditos	1.502	1.502	2.332
Demonstração conciliada	1.074	1.822	1.037
Outras despesas	476	814	901
Total	3.359	4.727	4.780

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros da Instituição encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2009 por valores compatíveis com os praticados pelo mercado naquela data. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente de taxas contratadas comparadas com as vigentes no mercado.

A Instituição possui operações envolvendo instrumentos financeiros exclusivamente em conexão com suas atividades e com o objetivo de reduzir a exposição aos riscos de mercado, de moeda e taxas de juros de seus ativos e passivos operacionais.

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem significativamente dos valores contábeis dos mesmos, na extensão de que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

As aplicações interfinanceiras da Instituição são mantidas em instituições financeiras de reconhecida liquidez, e estão concentradas basicamente em certificados de depósito interfinanceiros, letras financeiras do tesouro e notas do tesouro nacional.

Os valores contábeis dos ativos financeiros da Instituição estão compatíveis com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação ou, na ausência destes, com o valor presente líquido, ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado.

A Instituição não contratou operações com derivativos financeiros durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008.

22. COBERTURA DE SEGUROS

A cobertura de seguros para fazer face à eventuais sinistros que venham ocorrer com os bens do ativo imobilizado, em 31 de dezembro 2009, totaliza R\$5.325 (2008 – R\$5.325), é suficiente.

23. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Acordo Basileia

A partir de 1º de janeiro de 1995, as instituições financeiras têm de

manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, ponderados por fatores que variam de 0 a 100%, conforme Resolução nº 2.099/94 do Banco Central do Brasil (Acordo Basileia). De acordo com a referida resolução, o patrimônio líquido da Instituição apresenta-se compatível com o grau de risco dos seus ativos.

b. Gestão de riscos de mercado

O risco de mercado é definido como a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities, em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativas e passivas da Instituição.

A supervisão dos riscos permite a análise de exposições frente aos limites estabelecidos e a identificação de tendências por meio da utilização de modelos específicos, bem como o controle das exigências de capital. O Banco Intermedium S.A. utiliza metodologia estatística para mensurar e gerenciar o risco de mercado das suas posições, condizentes com a realidade do mercado e a complexidade das operações que venha a realizar. A Instituição realiza a supervisão e o monitoramento dos limites e condições estabelecidos pelo Conselho de Administração, sendo efetuados com base nos resultados da avaliação dos valores sujeitos a riscos de mercado com a aplicação da metodologia "Value At Risk" (VAR), bem como a realização de teste de estresse buscando antecipar ações para situações adversas.

c. Gestão de riscos operacionais

Em atendimento a Resolução nº 3.380, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a implementação da estrutura de gerenciamento do risco operacional, a Instituição constituiu o Comitê de Risco, ligado diretamente à Diretoria Executiva Administrativa e Financeira, composto por titulares das áreas administrativas e de controle. Esse comitê tem a responsabilidade do gerenciamento do risco operacional, bem como a identificação e acompanhamento deste.

Buscando a mitigação do risco operacional, vem sendo trabalhado pelo comitê a elaboração de indicadores quantitativos e qualitativos que permitam a mensuração e acompanhamento do nível de risco conhecido e potenciais em que incorre a Instituição. Como forma de administração dos riscos, não são aceitos aqueles cuja classificação seja superior a risco médio, em uma escala que varia de muito baixo a muito alto, não expondo a Instituição a possíveis perdas relevantes que possam afetar o fluxo normal de suas atividades e operações.

d. Gestão de riscos de crédito

A Instituição também conta com uma estrutura de gerenciamento de risco de crédito, sendo esta composta pelo Comitê de Riscos. Tal comitê possui a incumbência de implementar políticas e estratégias para o gerenciamento do Risco de Crédito de acordo com o disposto na Resolução nº 3.721/09 do Conselho Monetário Nacional.

Dessa forma, o Comitê de Riscos possui a responsabilidade da execução da política de risco de crédito, no exercício de suas atribuições, de fixação de limites e aprovação de operações (*middle market*), assim como pelo estabelecimento de alçadas para operações de crédito pessoal e crédito imobiliário.

Foi criada pela Instituição a área de ouvidoria, que atuará como um canal de comunicação entre ela e seus clientes, e usuários dos seus produtos, inclusive na mediação de conflitos. Serão registradas todas as manifestações, oferecendo respostas rápidas e de qualidade, de acordo com as necessidades e exigências dos clientes.

f. Plano de Negócio

O resultado líquido do exercício, no valor de R\$ 12.718 foi de 104,04% superior ao de igual período do ano de (2008 R\$ 6.233). Este resultado proporcionou uma rentabilidade de 12,76%, calculada sobre o patrimônio líquido de início do exercício. O valor da carteira de empréstimo, considerando as nossas 3 (três) principais linhas de crédito (Capital de Giro, Crédito Pessoal e Crédito Imobiliário) atingiu o montante de R\$ 190.049, com crescimento de 27,12% sobre a mesma rubrica de (2008 R\$149.500), com destaque para a carteira de Crédito Pessoal, com incremento de 51,97% e de Crédito Imobiliário, que cresceu 177,59% no período. O valor de Captações (depósito à prazo e recursos de aceites cambiais e letras de crédito imobiliário) atingiu o valor R\$ 220.659, em (2008 R\$ 135.138), maior em 63,28% do saldo desta rubrica no mesmo período do ano anterior.

Em 05 de outubro de 2009, o Banco Central do Brasil aprovou a instituição de uma carteira de Crédito Imobiliário em nosso Banco Múltiplo, pleito que foi apresentado àquele órgão em 11 de agosto de 2008, juntamente com o estudo de viabilidade e um plano de negócios abrangendo os anos de 2009 a 2013.

Em que pese a crise financeira que se abateu sobre o mundo em 2008/2009, as premissas utilizadas foram adequadamente realizadas no que se refere à Carteira de Crédito Pessoal e Crédito Imobiliário, mas não atingidas relativamente a Carteira de Capital de Giro. Esta é a razão principal do não atingimento das metas de resultados, que foram impactados pela diminuição da carteira deste produto, conforme decisão tomada por esta administração para mitigar riscos e elevar a liquidez. Apesar do acima referido julgamos que as metas colocadas no Plano de Negócios original, são plenamente atingíveis durante o tempo de sua abrangência.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
RUBENS MENIN TEIXEIRA DE SOUZA	PRESIDENTE
AQUILES LEONARDO DINIZ	CONSELHEIRO
JOÃO VITOR NAZARETH MENIN TEIXEIRA DE SOUZA	CONSELHEIRO
JOSÉ FELIPE DINIZ	CONSELHEIRO
MARCOS ALBERTO CABALEIRO FERNANDEZ	CONSELHEIRO
DIRETORIA EXECUTIVA	
AQUILES LEONARDO DINIZ	CONSELHEIRO
DAURO DE CARVALHO E SILVA	CONSELHEIRO
DIRETORIA	
ANTÔNIO SEBASTIÃO DE FARIA	CONSELHEIRO
JOÃO VITOR NAZARETH MENIN TEIXEIRA DE SOUZA	CONSELHEIRO
MARCO TÚLIO GUIMARÃES	CONSELHEIRO
MARIA VIRGINIA GOMES MOREIRA	CONSELHEIRO
SEBASTIÃO LUIZ DA SILVA	CONSELHEIRO
CONTADOR RESPONSÁVEL	
SICOMAR BENIGNO DE ARAÚJO SOARES	CONSELHEIRO
CRC-MG 67.120-O-3	

na adoção desses procedimentos, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita para que o mesmo esteja apresentado de forma coerente.

Belo Horizonte, 22 de janeiro de 2010.

Luiz Carlos de Carvalho

Sócio-contador

CRC-1SP197193/O-6 "S" MG

BDO BDO AUDITORES INDEPENDENTES
CRC - 2SP013439/O-5 "S" MG